

REQUERIMENTO DE URGÊNCIA

Com base no art. 155 do Regimento Interno, requeremos regime de urgência para a apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.100, de 2018: que "Aprova o texto da Emenda de Kigali ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, adotado em Kigali, Ruanda, em 15 de outubro de 2016".

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 155 do Regime Interno da Câmara dos Deputados, urgência para a apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.100, de 2018, que Aprova o texto da Emenda de Kigali ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, adotado em Kigali, Ruanda, em 15 de outubro de 2016, objetivando introduzir a obrigação de **redução da** produção e do consumo dos Hidrofluorcarbonetos (HFCs), os quais, **se não forem controlados**, poderão ser responsáveis poluição climática por quase 20% da até contribuindo assim para o cumprimento das metas assumidas pelo Brasil no âmbito do Acordo de Paris.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de proposição de autoria da Comissão de







Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), aprovando o texto da Emenda de Kigali ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de ozônio, adotado por ocasião da reunião dos Estados-Partes, dentre eles o Brasil, em reunião realizado em Kigali, Ruanda, em 15 de outubro de 2016.

A proposição foi analisada e aprovada no âmbito da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) em 12/06/2019, nos termos do parecer do senhor Relator, Deputado Camilo Capiberibe, e, foi analisada e aprovada pela Comissão de Constituição, de Justiça e de Cidadania (CCJC) em 25/06/2019, nos termos do parecer do senhor Relator, encontrando-se, portanto, pronta para a pauta do Plenário da Câmara dos Deputados.

O Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio foi aprovado em 1987 e promulgado pelo Brasil em 1990. Tem como objetivo principal a eliminação da produção e do consumo dos principais gases e substâncias que prejudicam a camada de ozônio, como os clorofluorcarbonos (CFCs) e os hidroclorofluorcarbonos (HCFCs).

Os HFCs não causam danos à camada de ozônio, porém **apresentam elevado impacto ao sistema climático global** e vêm sendo utilizados há décadas como alternativas em substituição aos CFCs e HCFCs.

A Emenda propõe a alteração de um conjunto de artigos do Protocolo de Montreal, de modo a introduzir a obrigação de redução da produção e do consumo do







HFC, seguindo a mesma estrutura de compromissos e obrigações de redução de consumo, baseada no estabelecimento de uma linha de base usada como referência para o congelamento da produção e do consumo de outros gases.

Assim teríamos, para os países desenvolvidos a obrigatoriedade de redução seu consumo de HFC em 10% em 2019, com relação aos níveis da linha base. A redução seguirá gradativamente até atingir 85% em 2036. Os países em desenvolvimento, do chamado Grupo I, no qual se inclui o Brasil, deverão congelar seu consumo em 2024 nos níveis da linha base e reduzirão o seu consumo em 10% em 2029, até chegar em 80% de redução em 2045.

Desta forma, a aprovação do presente PDC, além de contribuir significativamente para o cumprimento dos nossos compromissos assumidos no âmbito do Acordo de Paris, pode contribuir para a melhoria do nosso ambiente de negócios, favorecendo a colocação de nossos produtos no mercado internacional, hoje, rejeitados, por estarem sendo concebidos em bases não sustentáveis.

Vale ressaltar que, conforme estimativas, se os HFCs não forem controlados, poderão ser responsáveis por quase 20% da poluição climática até 2050².

Por outro lado, um "pool" de organizações representadas pela rede Kigali³, congregando, dentre outras, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), o Instituto







Clima e Sociedade (ICS), o *International Energy Initiative* (IEI – Brasil), o Engajamundo, chamam a atenção para os seguintes pontos relevantes **em termos de benefícios para o Brasil em função da aprovação do PDC 1100/2018.**

- ✓ Incentivo a introdução de tecnologias mais avançadas e eficientes de equipamento de refrigeração e ar condicionado.
- ✓ Acesso a recursos do Fundo Multilateral do Protocolo de Montreal, para projetos de inovação e transformação.
- ✓ Benefícios para o setor elétrico, em função de equipamentos mais eficientes e econômicos.
- ✓ Menor custo para o consumidor haja vista o acesso a produtos que consomem menos eletricidade.
- ✓ Alinhamento da Emenda de Kigali com a Agenda 2030 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), em função da contribuição para a diminuição das emissões brasileiras.

A Associação Brasileira de Refrigeração, Ar condicionado, Ventilação e Aquecimento (ABRAVA), a Câmara Americana de Comércio para o Brasil (AMCHAM Brasil), o Sindicato das Indústrias de Refrigeração, Aquecimento e Tratamento de Ar no Estado de São Paulo (SINDRATAR-SP) e Associações da Sociedade Civil (Rede Kigali), em carta, colocam o seu entendimento que existe consenso dos setores produtivos e de serviços, da sociedade civil e academia para a aprovação do PDC 1100/2018, além de informar que a "Confederação Nacional da Indústria (CNI)







também defende a ratificação da Emenda de Kigali ao considera-la como uma das ações prioritárias para a retomada da indústria e da economia nacional, em proposta entregue para o Presidente da República em dezembro de 2021".

Portanto do ponto de vista social, econômico e principalmente ambiental; considerando ainda a completa tramitação da proposição nas Comissões da Câmara dos Deputados; do consenso entre setores produtivo e de serviços, da sociedade civil e da academia brasileira, entendemos como oportuna e imprescindível que o presente PDC1100/2-18, venha a ser pautado para a apreciação do Plenário da Casa, com a urgência que a situação demanda.

Por fim, vale enfatizar que a Emenda de Kigali se encontra vigente desde o dia 1º de janeiro de 2019, contando, até o início de abril de 2022, com a ratificação de 131 Países Partes do Protocolo de Montreal. Para ser incorporada no nosso arcabouço legal, precisa ser internalizada na forma do proposto no presente PDC, para tanto solicito o decisivo apoio de nossos pares.

Sala das Sessões, 26 de abril de 2022.









(Líder do PV)





Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD) (Do Sr. Bacelar)

Com base no art. 155 do Regimento Interno, requeremos regime de urgência para a apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.100, de 2018: que "Aprova o texto da Emenda de Kigali ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, adotado em Kigali, Ruanda, em 15 de outubro de 2016".

Assinaram eletronicamente o documento CD227762647200, nesta ordem:

- 1 Dep. Bacelar (PV/BA) LÍDER do PV
- 2 Dep. Jorge Solla (PT/BA)
- 3 Dep. Reginaldo Lopes (PT/MG) LÍDER do PT *-(p_7800)
- 4 Dep. Sâmia Bomfim (PSOL/SP) LÍDER do PSOL *-(p_6337)
- 5 Dep. Renildo Calheiros (PCdoB/PE) LÍDER do PCdoB
- 6 Dep. André Figueiredo (PDT/CE) LÍDER do PDT *-(P_112403)
- 7 Dep. Bira do Pindaré (PSB/MA) LÍDER do PSB *-(P_7834)
- 8 Dep. Adolfo Viana (PSDB/BA) LÍDER do PSDB
- 9 Dep. Igor Timo (PODE/MG) LÍDER do PODE *-(P_7398)
- 10 Dep. Elmar Nascimento (UNIÃO/BA) LÍDER do UNIÃO *-(p_7165)
- 11 Dep. Tiago Mitraud (NOVO/MG) LÍDER do NOVO
- 12 Dep. Antonio Brito (PSD/BA) LÍDER do PSD



^{*} Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.